



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direito Bancário II

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia – 2 horas por semana

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O curso de Direito Bancário II visa dotar os alunos de conhecimentos aprofundados em matéria de Direito Bancário, aproveitando a base já adquirida nas cadeiras da licenciatura (em especial, em Direito das Obrigações e em Direito Comercial), para aprofundar algumas matérias. Partindo de uma descrição dos protagonistas, estrutura e funcionamento do sistema financeiro, em geral, e do sistema bancário, em particular, pretende-se fornecer aos alunos conhecimentos aprofundados em matérias essenciais de Direito Bancário institucional/regulatório, bem como de Direito Bancário material. Quanto ao Direito Bancário institucional, será dada especial relevância à União Bancária Europeia e aos mecanismos únicos de resolução e supervisão. No que se refere ao Direito Bancário material, será privilegiada uma exposição e problematização em profundidade, isolando-se alguns contratos essenciais da prática bancária, para fornecer aos alunos conhecimentos detalhados, com especial incidência prática.

Conteúdos programáticos

Introdução

1. O Sistema financeiro e o sistema bancário

A arquitetura da supervisão bancária

2. A União Bancária Europeia e os principais elementos do *Single European Rulebook*
3. O Mecanismo Único de Supervisão
4. O Mecanismo Único de Resolução

O impacto da supervisão nos direitos dos particulares: alguns casos paradigmáticos

5. Meios de reação contra atos praticados no âmbito do MUS
6. A aquisição de participações qualificadas
7. A adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização de IC

Intervenção corretiva, administração provisória e resolução

8. A necessidade de soluções especiais para a insolvência de instituições de crédito
9. Intervenção corretiva
10. Administração provisória
11. Resolução bancária

A Relação jurídica entre bancos e clientes

12. A Relação Bancária Geral
 - a. Contrato *versus* relação de confiança: dados essenciais e estado atual da discussão
 - b. Segredo bancário
 - c. Responsabilidade bancária
13. Abertura de conta e depósito bancário: a luta pelo centro
14. A compensação bancária



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 15. Cláusulas contratuais gerais bancárias
- 16. Serviços de Pagamento
 - a. Introdução ao RJSPME
 - b. Operações não autorizadas

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O programa estabelecido privilegia a análise de problemas determinados em matéria de Direito Bancário institucional e material, em detrimento de uma análise em extensão, mas menos aprofundada, da generalidade dos aspectos de Direito Bancário institucional e de um tratamento exaustivo de todos os principais contratos de concessão de crédito e garantias bancárias. Espera-se através desta abordagem fornecer aos alunos um conhecimento aprofundado de alguns dos principais aspectos do moderno Direito Bancário, que possam aplicar de imediato na prática jurídica.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Será adoptada uma metodologia teórico-prática ao longo do curso. Em cada aula, além do método expositivo clássico, os alunos serão convidados a participar através da apresentação de jurisprudência ou de debate doutrinal relevante em relação aos temas em análise. Os alunos serão também convidados a aprofundar o tema apresentado nas aulas, ou outro selecionado em articulação com o docente, através da entrega de um trabalho escrito com dimensão não superior a 15 páginas.

A avaliação do curso de Direito Bancário II resulta assim da ponderação das seguintes componentes:

1. Avaliação contínua e trabalho escrito: 50%
2. Exame escrito final: 50%

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia teórico-prática visa permitir aos alunos a aquisição de conhecimentos assentes em bases teóricas sólidas e que possam ser aplicados nas respetivas atividades profissionais. Revestindo o Direito Bancário moderno uma especial complexidade, pretende-se envolver os alunos – através da participação nas aulas e na elaboração do trabalho escrito – na análise e tratamento de temas determinados, onde podem realizar uma análise em profundidade, em detrimento de uma análise meramente superficial.

Bibliografia principal

Obras de referência nacionais

António Menezes Cordeiro, Direito Bancário, 2016, 6.ª ed., Almedina Coimbra
Januário Costa Gomes, Contratos Comerciais, 2013, Almedina, Coimbra
João Calvão da Silva, Banca, Bolsa e Seguros, 2013, 4.ª ed., Almedina, Coimbra
L. Miguel Pestana de Vasconcelos, 2019, 2.ª ed., Almedina, Coimbra

Obras de referência estrangeiras

Matthias Haentjens/Pierre de Gioia-Carabellese, European Banking and Financial Law, 2015, Routledge
Danny Busch/Guido Ferrarini (eds), European Banking Union, 2015, OUP
Jens-Hinrich Binder/Dalvinder Singh (eds), Bank Resolution: the European Regime, 2016, OUP
Mario P. Chiti/Vittorio Santoro (eds.), The Palgrave Handbook of European Banking Union Law, 2019, Palgrave
Michael Shillig, Resolution and Insolvency of Banks and Financial Institutions, 2016, OUP
Jens-Hinrich Binder/Dalvinder Singh, Bank resolution: The European regime, 2016, OUP
Iris Chiu/Joanna Wilson, Banking law and regulation, 2019, OUP
Ross Cranston (ed.), Principles of banking law, 2017, 3.ª ed., OUP



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Bibliografia complementar

- Questões de supervisão bancária

Pedro Maia, O regime de controlo da adequação de titulares de órgãos sociais de instituições de crédito e o direito das sociedades anónimas, em AAVV, Estudos de Direito Bancário I, 2018, Almedina, Coimbra

Luís Guilherme Catarino, O regime de controlo administrativo da idoneidade na adequação dos corpos sociais às Instituições de crédito e sociedades financeiras, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), II Congresso de Direito Bancário, 2017, Almedina, Coimbra

- Questões de resolução bancária

Alexandre Soveral Martins, Medidas de resolução das instituições de crédito: a transferência da actividade para um banco de transição, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), II Congresso de Direito Bancário, 2017, Almedina, Coimbra

Paulo de Tarso Domingues, A (má?) sorte dos credores acionistas, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), II Congresso de Direito Bancário, 2017, Almedina, Coimbra

Alexandre Soveral Martins, O Mecanismo Único de Resolução, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), III Congresso de Direito Bancário, 2018, Almedina, Coimbra

A. Barreto Menezes Cordeiro, Os limites dos poderes de transferência do Banco de Portugal no âmbito do processo de resolução, em AAVV, Estudos de Direito Bancário I, 2018, Almedina, Coimbra

Mafalda Miranda Barbosa, Direito civil e sistema financeiro, 2016, Principia

- Serviços de pagamento

Francisco Mendes Correia, Moeda Bancária e Cumprimento, 2017, Almedina, Coimbra

Maria Raquel Guimarães, (Ainda) a responsabilidade pelo uso indevido de instrumentos de pagamento electrónicos em operações presenciais e à distância, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), I Congresso de Direito Bancário, 2015, Almedina, Coimbra

Francisco Mendes Correia, Uma revolução permanente? A DSP2 e o novo Direito dos Serviços de Pagamento, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), III Congresso de Direito Bancário, 2018, Almedina, Coimbra

Francisco Mendes Correia, Operações não autorizadas e o Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica

Maria Raquel Guimarães, O *phishing* de dados bancários e o *pharming* de contas. Análise jurisprudencial, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), III Congresso de Direito Bancário, 2018, Almedina, Coimbra

- Cláusulas contratuais gerais

António Pinto Monteiro, Banca e cláusulas contratuais gerais (Breve Apontamento), em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), I Congresso de Direito Bancário, 2015, Almedina, Coimbra

Maria Raquel Guimarães, As cláusulas contratuais gerais na jurisprudência recente dos tribunais superiores, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), II Congresso de Direito Bancário, 2017, Almedina, Coimbra



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Career-Focused Master's Programme

Curricular unit

Banking Law II

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia - 2 hours/week

Learning outcomes of the curricular unit

The main purpose of this curricular unit is to provide students with consolidated knowledge in Banking Law, building upon basic knowledge that has been obtained in undergraduate courses (especially in Law of Obligations and Commercial Law courses). As an introduction, an analysis will be made of the main actors, structure and mechanisms underlying the financial system as a whole and the banking system in particular. After that, the analysis will shift to selected issues in institutional and contractual banking law. In what concerns institutional banking law, special attention will be granted to the European Banking Union and to the single mechanisms (resolution and supervision).

Syllabus

Introduction

1. Financial system and banking system

The architecture of banking supervision

2. The European Banking Union
3. The Single Supervision Mechanism
4. The Single Resolution Mechanism

The impact of supervision: relevant cases

5. Remedies against acts issued in the context of the SSM
6. Acquisition of qualifying holdings
7. Suitability tests for board members

Early intervention, provisional administration and resolution

8. The need for special solutions to bank insolvency
9. Early intervention
10. Provisional administration
11. Bank resolution

Contractual Banking Law

12. The general banking relation
13. Bank accounts and deposits
14. Pre-formulated clauses
15. The banking mechanisms based on off-set
16. Payment services



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

A practical and in-depth analysis will be used to provide students with detailed knowledge of selected issues in Banking law that can be immediately used in their professional activities.

Teaching methodologies (including evaluation)

1. Participation during classes and interim paper: 50%
2. Final exam: 50%

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Student engagement in classes and in the analysis of complex issues will be privileged in order to allow the acquisition of in-depth knowledge regarding selected issues in institutional and banking law.

Main Bibliography

Main references (national)

António Menezes Cordeiro, *Direito Bancário*, 2016, 6.^a ed., Almedina Coimbra
Januário Costa Gomes, *Contratos Comerciais*, 2013, Almedina, Coimbra
João Calvão da Silva, *Banca, Bolsa e Seguros*, 2013, 4.^a ed., Almedina, Coimbra
L. Miguel Pestana de Vasconcelos, 2019, 2.^a ed., Almedina, Coimbra

Main references (international)

Matthias Haentjens/Pierre de Gioia-Carabellese, *European Banking and Financial Law*, 2015, Routledge
Danny Busch/Guido Ferrarini (eds), *European Banking Union*, 2015, OUP
Jens-Hinrich Binder/Dalvinder Singh (eds), *Bank Resolution: the European Regime*, 2016, OUP
Mario P. Chiti/Vittorio Santoro (eds.), *The Palgrave Handbook of European Banking Union Law*, 2019, Palgrave
Michael Shillig, *Resolution and Insolvency of Banks and Financial Institutions*, 2016, OUP
Jens-Hinrich Binder/Dalvinder Singh, *Bank resolution: The European regime*, 2016, OUP
Iris Chiu/Joanna Wilson, *Banking law and regulation*, 2019, OUP
Ross Cranston (ed.), *Principles of banking law*, 2017, 3.^a ed., OUP

Additional bibliography

- On banking supervision

Pedro Maia, *O regime de controlo da adequação de titulares de órgãos sociais de instituições de crédito e o direito das sociedades anónimas*, em AAVV, *Estudos de Direito Bancário I*, 2018, Almedina, Coimbra
Luís Guilherme Catarino, *O regime de controlo administrativo da idoneidade na adequação dos corpos sociais às Instituições de crédito e sociedades financeiras*, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), *II Congresso de Direito Bancário*, 2017, Almedina, Coimbra

- On banking resolution

Alexandre Soveral Martins, *Medidas de resolução das instituições de crédito: a transferência da actividade para um banco de transição*, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), *II Congresso de Direito Bancário*, 2017, Almedina, Coimbra
Paulo de Tarso Domingues, *A (má?) sorte dos credores acionistas*, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), *II Congresso de Direito Bancário*, 2017, Almedina, Coimbra
Alexandre Soveral Martins, *O Mecanismo Único de Resolução*, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), *III Congresso de Direito Bancário*, 2018, Almedina, Coimbra
A. Barreto Menezes Cordeiro, *Os limites dos poderes de transferência do Banco de Portugal no âmbito do processo de resolução*, em AAVV, *Estudos de Direito Bancário I*, 2018, Almedina, Coimbra
Mafalda Miranda Barbosa, *Direito civil e sistema financeiro*, 2016, Principia



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Payment services

Francisco Mendes Correia, Moeda Bancária e Cumprimento, 2017, Almedina, Coimbra

Maria Raquel Guimarães, (Ainda) a responsabilidade pelo uso indevido de instrumentos de pagamento electrónicos em operações presenciais e à distância, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), I Congresso de Direito Bancário, 2015, Almedina, Coimbra

Francisco Mendes Correia, Uma revolução permanente? A DSP2 e o novo Direito dos Serviços de Pagamento, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), III Congresso de Direito Bancário, 2018, Almedina, Coimbra

Maria Raquel Guimarães, O *phishing* de dados bancários e o *pharming* de contas. Análise jurisprudencial, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), III Congresso de Direito Bancário, 2018, Almedina, Coimbra

- Pre-formulated clauses

António Pinto Monteiro, Banca e cláusulas contratuais gerais (Breve Apontamento), em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), I Congresso de Direito Bancário, 2015, Almedina, Coimbra

Maria Raquel Guimarães, As cláusulas contratuais gerais na jurisprudência recente dos tribunais superiores, em Miguel Pestana de Vasconcelos (Coord.), II Congresso de Direito Bancário, 2017, Almedina, Coimbra